

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na sessão de  
abertura do seminário «PESCO: Novos Desafios e Oportunidades para a Indústria de  
Defesa Nacional»**

AIP, Lisboa, 10 de abril de 2019

Vou ser direto nas minhas palavras: as expetativas para este seminário são elevadas. Esta não deve ser entendida como apenas mais uma ocasião para debater as oportunidades inerentes à Defesa Europeia, nomeadamente no desenvolvimento de uma indústria europeia de defesa. Este seminário tem o objetivo claro de fornecer elementos que permitam a Portugal organizar processos de decisão, no âmbito da Defesa Nacional, que integrem de forma coerente e funcional, velhas e novas variáveis, como o desenvolvimento da base tecnológica e industrial de defesa, os projetos PESCO, a antecipação do Fundo Europeu de Defesa ou o futuro das participações do Estado no setor empresarial de defesa.

Por isso, quero deixar um agradecimento público à Associação Industrial Portuguesa, na pessoa do seu presidente Dr José Eduardo Carvalho, e ao EURODEFENSE na pessoa do seu presidente Dr António Figueiredo Lopes, que, em boa hora, se associaram ao Ministério da Defesa neste desígnio nacional de ajudar a definir novas linhas de coerência para nossa participação nestas oportunidades europeias.

Agradeço particularmente aos nossos oradores, aos estrangeiros que vieram partilhar connosco as perspetivas da União Europeia, e aos portugueses, que se juntam a nós hoje para oferecer as suas visões sobre aquilo que já se faz, e sobre aquilo que se poderá fazer mais e melhor.

As razões para avançarmos com este processo de planeamento estratégico, que é urgente, são várias. Mas a mais saliente é, sem dúvida, o avanço significativo que a defesa europeia tem tido. Sob liderança da Comissão Europeia e com o entusiasmo dos Estados membros, vivemos hoje os primeiros passos de uma profunda transformação da integração europeia. Finalmente, 65 anos depois do “não” histórico da Assembleia Parlamentar francesa à criação de uma Comunidade Europeia de Defesa, em 1954, temos hoje as instituições europeias – Comissão, Conselho e, ainda de forma limitada, o Parlamento Europeu – a sustentar a criação de uma União Europeia de Defesa.

A Comissão Europeia é já hoje o quarto maior investidor na defesa europeia, depois do Reino Unido, da França e da Alemanha. A defesa europeia está a desenvolver-se, os Estados membros estão a preparar-se, e as indústrias nacionais estão a identificar formas de participar neste novo impulso. O debate está a ser feito com os cidadãos europeus e a minha convicção é que a defesa europeia será a breve trecho uma realidade concreta e palpável, nomeadamente na capacidade de a Europa ser autossuficiente em alguns equipamentos e meios, definindo as estruturas de comando e controlo que lhe garantam direção estratégica e operacional.

O tempo de Portugal se posicionar neste processo é agora. Começámos de forma hesitante e pouco estruturada, porventura como a maior parte dos outros países, mas é urgente que se definam rumos, prioridades e linhas de ação que permitam às Forças Armadas continuar a beneficiar da modernização e do desenvolvimento tecnológico

subjacentes à nossa participação nos quadros multilaterais – como temos feito no âmbito da NATO – e que permita também à sociedade portuguesa beneficiar do desenvolvimento de novas dinâmicas científicas e tecnológicas, de onde poderão advir significativos benefícios económicos e de bem-estar social.

A prioridade é, pois, organizar a nossa casa – a da Defesa. E já o estamos a fazer.

Com a decisão do Governo de participar na Cooperação Estruturada Permanente abriram-se novas oportunidades e novas exigências à Defesa Nacional. Uma primeira necessidade é a de identificar os projetos prioritários para a Defesa Nacional, em termos das nossas necessidades em matéria de capacidades. Para ajudar nessa identificação, elaborei um despacho com vista à criação de um Grupo de Apoio à Participação Portuguesa na PESCO, o GAPP-PESCO – composto por diversas entidades do Ministério da Defesa Nacional, das Forças Armadas, contando também com representantes de outras áreas governativas, incluindo os Negócios Estrangeiros, a Economia, a Ciência e Tecnologia e as Infraestruturas, bem como representantes do setor industrial.

Esta é a constelação de agentes necessários à alavancagem de uma Defesa Nacional plenamente integrada no novo contexto europeu e euro-atlântico, e todos são indispensáveis. Espera-se que do trabalho conjunto destas entidades seja possível desenvolver uma visão integrada das oportunidades que a Cooperação Estruturada Permanente e a criação do Fundo Europeu de Defesa oferecem para a criação de valor para todas as áreas envolvidas.

A realização deste seminário e os mecanismos de acompanhamento que estão previstos complementam o impulso inicial dado com a criação do Grupo de Apoio. A partir daqui espera-se a institucionalização de mecanismos de trabalho em rede destes diferentes intervenientes a nível nacional, para que se identifiquem as prioridades da nossa participação na PESCO e no futuro FED e possamos, assim, posicionar-nos de forma racional e pró-ativa nestes processos que serão determinantes para o futuro da Europa.

É assim fundamental que este processo de consulta e de envolvimento seja mantido e sustentado nas próximas etapas, criando lastro, conhecimento partilhado e visão comum. Espera-se que daqui resulte a criação de uma metodologia nacional para a participação portuguesa nos projetos PESCO e no FED, que nos permita ter ambição de melhor responder aos desafios que a Defesa nacional e europeia irá enfrentar no futuro próximo, numa lógica de compatibilização de investimentos e de capacidades entre a NATO e a UE.

Vale a pena recordar o que está em jogo. A proposta da Comissão Europeia é que o Fundo Europeu de Defesa possa contar com 13 mil milhões de Euros, para o ciclo de financiamento 2021-2027, quer para a investigação, quer para o desenvolvimento de capacidades. Este financiamento será complementado pelo instrumento *Connecting Europe*, com 6,5 mil milhões de Euros para melhorar as infraestruturas de transporte estratégico na Europa, e complementado também, ao nível da investigação e inovação,

pelo futuro programa Horizonte Europa, com uma proposta de 100 mil milhões de Euros.

Não podemos esquecer que, para além das oportunidades no âmbito da UE, Portugal assumiu junto dos seus parceiros NATO, em 2014, o objetivo de se aproximar de 2% do seu PIB dedicado à Defesa, o que nos coloca numa situação de enorme responsabilidade para que esta oportunidade seja plenamente aproveitada em benefício do país e de todos os cidadãos.

Uma parte significativa do trabalho de identificação das lacunas e das necessidades do nosso Sistema de Forças, foi feito no âmbito da revisão da Lei de Programação Militar, que está agora em apreciação na Assembleia da República. A proposta aí apresentada prevê investir na Defesa, nos próximos 12 anos, 4,7 mil milhões de Euros. Estes podem ser números modestos do ponto de vista europeu, mas eles representam um esforço muito substancial para o orçamento nacional, fruto de uma visão amplamente partilhada no espectro político nacional, de que a Defesa é uma área de soberania fundamental, que garante retornos importantes para o país e que, por isso mesmo, requer investimento sustentado.

A Lei de Programação Militar contempla, por isso, um importante aumento de financiamento para novos equipamentos. E queremos que ele seja também uma alavanca importante para a participação nacional no processo da PESCO. Para além de equipar devidamente as Forças Armadas ao longo da próxima dúzia de anos, a LPM

representa uma oportunidade para alavancarmos a competitividade da indústria nacional, e da investigação científica que aqui se faz, contribuindo para que Portugal tenha capacidade proactiva em áreas estruturantes da nossa Defesa, com capacidade competitiva em diversos setores de especialização.

O trabalho de reorganização do setor empresarial do Estado na área da defesa é outra dimensão crucial para podermos beneficiar deste novo contexto. Esse é um trabalho que estamos já a fazer, no âmbito da liquidação da Empordef que está em curso, para que daí possa nascer uma nova instituição renovada, racionalizada e dinâmica. Temos atualmente uma visão clara sobre qual deve ser a participação do Estado nas Indústrias de Defesa e de como ele pode relacionar-se com o setor privado na criação de soluções estratégicas, na potenciação da inovação tecnológica e na criação de valor para a nossa economia e para a nossa defesa.

O Estado mantém uma função essencial neste que é um setor de importância estratégica para a soberania e a defesa nacional, especialmente quando vemos que a Defesa evolui de forma vertiginosamente rápida, ao sabor dos avanços tecnológicos. Mas em todo este processo, o Estado não pode nem deve ter a pretensão de se substituir aos privados. Deve antes identificar caminhos para parcerias que criem valor acrescentado para os nossos cidadãos e que garantam o cumprimento das funções essenciais da Defesa Nacional.

Estamos por isso a rever a Resolução de Conselho de Ministros sobre a Base Tecnológica e Industrial de Defesa, de 2010, para que ela se possa adequar ao novo contexto europeu. As sinergias importantes que são necessárias no plano industrial e tecnológico não foram conseguidas ainda, apesar de alguns exemplos de sucesso, como é o caso na aeronáutica. A transformação em curso da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, exige-nos a estruturação de uma entidade nacional que faça a gestão das participações do Estado nas empresas, de acordo com o mercado e de acordo com as oportunidades existentes no nível europeu. Com este passo, podemos ambicionar criar um interlocutor de peso, ao nível nacional, que permita investimentos cruzados e a alavancagem das Pequenas e Médias Empresas num mercado europeu que se adivinha extremamente competitivo.

As alterações que temos em vista devem igualmente assegurar a ligação às universidades e aos centros tecnológicos para que se desenvolvam as necessárias sinergias entre indústria de defesa e indústria tradicional, potenciando assim os recursos disponíveis, quer seja no âmbito da Lei de Programação Militar ou da PESCO ou do Fundo Europeu de Defesa.

Minhas senhoras e meus senhores,

A Política de Defesa Nacional irá sempre definir-se tendo por base como objetivo central a defesa de Portugal e dos portugueses. Por isso, a primeira linha de reflexão sobre que tipo de oportunidades podem e devem ser exploradas no âmbito deste novo contexto



de investimento na Defesa é, e será sempre, a manutenção e preparação de capacidades de resposta das nossas Forças Armadas face aos riscos e ameaças que podem afetar o país.

É certo que convivem visões distintas sobre a melhor forma de o fazer – como é natural em democracia. Existem por exemplo receios de uma especialização excessiva no mercado europeu de defesa, mas considero que uma gestão inteligente permite obviar esse risco. De forma semelhante, as discussões em torno de um hipotético “exército europeu” não avançam o debate no sentido necessário; pelo contrário, criam dificuldades e distrações indesejáveis. A “Europa da Defesa” deve ser pensada para reforçar as defesas nacionais, acentuar os espaços de cooperação estratégica no plano da União Europeia, e complementar a defesa euro-atlântica em que muitos Estados membros da UE já participam. É neste equilíbrio que o futuro se desenhará.

Existem aqui tremendas oportunidades de criação de valor e de potenciação da economia, e dos nossos setores tecnológicos e industriais. As virtualidades socio-económicas que estão ao nosso alcance representam simultaneamente avanços da maior importância para a nossa defesa, e é nesse processo de reforço mútuo entre defesa e indústria que temos de saber apostar.

Termino, renovando o meu agradecimento aos organizadores e aos oradores, e desejando a todos um excelente e profícuo dia de trabalhos.

Muito obrigado.